



Conferencistas abordam direitos indígenas e atuação do Exército na Amazônia

Texto: Giulia Afiune

Dificuldade para patrulhar fronteiras e foram discutidos pelo General Antunes e pela antropóloga Betty Mindlin na quarta aula do módulo, sábado, 26, no IEA-USP.

O lema do Exército brasileiro “Braço forte, mão amiga” é exacerbado na Amazônia segundo o General do Exército Brasileiro Mário Ramos Antunes. Em conferência de imprensa concedida por ele no sábado, 26 de maio, no Instituto de Estudos Avançados da USP, o ex-membro do Comando Militar da Amazônia (CMA) mostrou que as funções do Exército no local vão além da atuação militar. “Pela Constituição, nós devemos defender a pátria e garantir a lei e a ordem. Mas temos também as funções complementares que buscam uma integração com a sociedade, como a Operação Enchente, que ajuda as pessoas no período de cheia dos rios e está acontecendo agora”, explicou. Além disso, as Forças Armadas também devem atuar contra delitos nas fronteiras nacionais.

Para o General, as características dos 15 mil km de limites territoriais brasileiros oferecem obstáculos à atuação do Exército. A extensão é o primeiro deles: 11 mil km, 73% do total, devem ser patrulhados pelo CMA. A permeabilidade é outro. “Como as fronteiras passam no meio de Unidades de Conservação, selvas, rios, montanhas e cidades, é muito fácil passar por elas, o que torna o controle muito difícil”, assinalou o militar.

Ao contrário do que se imagina, as fronteiras brasileiras não são inabitadas. Indígenas e ribeirinhos residem nesses locais de baixo desenvolvimento sócio-econômico e infraestrutura básica precária. “É por isso que o Exército precisa usar a ‘mão amiga’”, afirmou Antunes. Apesar do território compartilhado, o General afirma que não há conflitos com os índios. “Nós temos livre trânsito e podemos instalar bases em território indígena. Mesmo assim, a relação deles com o Exército é harmoniosa.”

Direitos Indígenas

De acordo com a antropóloga Betty Mindlin, os conflitos que ameaçam a vida dos índios são com proprietários de terras, grandes construtoras e com o próprio Estado. Ela informou que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Declaração Universal sobre Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela ONU em 2007, obrigam o governo a consultar os povos antes de tomar qualquer decisão sobre seu território. “Mas no caso da Belo Monte, por exemplo, isso não está acontecendo. Não é errado fazer hidrelétricas, mas dá pra fazer sem destruir.”, afirmou Betty.

A antropóloga destacou que muitas decisões sobre as Terras Indígenas são tomadas no Congresso Nacional, onde a Frente Parlamentar da Agropecuária, popularmente conhecida como bancada ruralista, exerce grande influência, segundo reportagem da BBC Brasil. A autorização para o extrativismo e a demarcação de terras são dois exemplos em que isso ocorre. “Os índios e seus direitos têm que entrar no cálculo econômico”, defendeu ela.

Próxima conferência de imprensa

Políticas públicas e ciências ambientais serão o tema da conferência de imprensa que ocorrerá no próximo sábado, dia 02/06, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), pelo módulo “Descobrir a Amazônia, Descobrir-se Repórter”, do Projeto Repórter do Futuro. O geógrafo Wagner Costa Ribeiro, coordenador do Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados da USP e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP,

é o conferencista convidado para esta ocasião.
Sobre o conferencista

Wagner Costa Ribeiro é geógrafo (Universidade de São Paulo – 1986) e Doutor em Geografia Humana (Universidade de São Paulo – 1999), é professor Titular do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, que presidiu entre 2006 e 2008. Obteve a Livre Docência em 2004, também na USP, e realizou estudos de Pós-Doutorado na Universidad de Barcelona. Foi professor visitante da Universidad de Sevilla em 2008. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas ambientais, relações internacionais e meio ambiente, gestão dos recursos hídricos, ordem ambiental internacional e cidade e meio ambiente. É coordenador do Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados da USP e autor de A ordem ambiental internacional (2001 e 2005 – segunda edição) e Geografia política da água (2008), entre outros livros.

Programação - 6º curso Descobrir a Amazônia, Descobrir-se Repórter Dia 28/04 – Aula Magna

9h às 11h – Prof. Dr. Manuel Carlos Chaparro (ECA-USP)

Dia 05/05 – Abertura

Prof. Pedro Ortiz (Coordenação do Repórter do Futuro)

Dia 12/05

9h às 11h – Prof. Eduardo Goes Neves (MAE-USP) 11h às 13h – Prof. Paulo Artaxo (IFUSP)

Dia 19/05

9h às 12h – Profa. Neli Aparecida de Mello-Théry (EACH e IEA-USP)

Dia 26/05

9h às 11h – General Antunes (Exército Brasileiro, ex-CMA) □ 11h às 13h – Profª. Betty Mindlin (PUC e IEA-USP)

Dia 02/06

9h às 12h – Prof. Wagner Costa Ribeiro (IEA e PROCAM-USP)

□ □ Dia 16/06

□ □ 9h às 11h - Prof. Marcos Buckeridge (IB-USP) □ 11h às 13h - Prof. Paulo Kageyama (ESALQ-USP)

□ □ Dia 23/6

9h às 11h - Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (FFLCH-USP)

□ □ **O Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) transmitirá as conferências de imprensa ao vivo pela internet através do [link](#):**